



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Internacional da Pessoa Humana - TA

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 504 / 80S
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimentos técnico-jurídicos:

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional (universal e regional);
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos especializados em matéria de proteção dos direitos da pessoa humana com vista à utilização desses sistemas.

Aptidões e competências:

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

6. Conteúdos programáticos:



1. Introdução.
2. Direito Internacional da pessoa humana: génese e evolução.
3. Os sistemas de protecção internacional da pessoa humana: sistema universal e sistemas regionais.
4. Justiça internacional e direitos da pessoa humana.
5. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: Europa.
6. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: África.
7. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: América.
8. Justiça internacional e direitos da pessoa humana: tendências actuais e desafios futuros, em especial a protecção dos direitos da pessoa humana e do Estado de direito enquanto valores europeus.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver e da protecção do direito humano em causa.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos e a protecção dos direitos humanos.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino assenta em dois vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões jurídicas e doutrina relevante; a análise, debate e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional objeto de estudo e dos textos que os instituem – de acordo com a indicação prévia das matérias objeto de estudo e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

9. Avaliação:

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário comparativo de artigos dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito (relatório) sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos, o qual é previamente apresentado oralmente e objeto de discussão no seminário da disciplina.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto e a um direito humano a tutelar – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional.



11. Bibliografia principal:

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

I. CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 6.ª ed., Coimbra, Almedina, 2020

P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I, Vol. II e Vol. III*, Lisboa, UCP, 2019, 2019 e 2020.

J. O. DE NORONHA e P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

P. JERÓNIMO, R. GARRIDO e M. A. DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (OLDHUM, DH-CID)*, 2018

R. GUERRA DA FONSECA, *Protecção Internacional dos Direitos Humanos*, Lisboa, AAFDL, 2018 (reimpr. 2022)

F. SUDRE, L. MILANO, H. SURREL e B. PASTRE-BELDA, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 15.ª ed., Paris, PUF, 2021

W. A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, OUP, 2017

12. Observações:

Tema: Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros, em especial a protecção dos direitos da pessoa humana e do Estado de direito enquanto valores europeus

A UC visa o estudo dos principais sistemas de justiça internacional (regional) contemporânea especializados em matéria de protecção de direitos da pessoa humana e o estudo das suas tendências actuais e desafios futuros, incluindo o estudo dos direitos do homem e do Estado de direito enquanto valores europeus e sua garantia judicial.

O ensino da unidade curricular integra o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet "Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe" (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 - Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items 5 e 8.2]).

Programa e bibliografia desenvolvidos: consultar página da UC.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course

Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences

1. Curricular Unit Name:

International Human Rights Law (TA)

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 504 / 80S
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hours/week

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Not applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Juridical knowledge: to acquire

- the technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the systems of international Justice;
- knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use them in practice to protect human rights.

Skills and competence:

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) and their contribution to the development of the (general and specialized) International Law) on Human Rights;
- critical comprehension of the relationship between those systems as well as of the relationship between national legal orders and those systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the human rights involved, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others).

6. Syllabus:



1. Introduction.
2. International Human Rights Law: evolution.
3. The systems for the protection of Human Rights: universal system and regional systems.
4. International Justice and Human Rights.
5. Regional justice and Human Rights: Europe.
6. Regional justice and Human Rights: Africa.
7. Regional justice and Human Rights: America.
8. International Justice and Human Rights: current trends and future challenges, especially the protection of human rights and the Rule of Law as European values.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international human rights justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the Portuguese and EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of human rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional European level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes and protect human rights.

8. Teaching methodologies:

Teaching methodologies are based in two elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues and the relevant doctrine; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice regarding human rights as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules of each system (selected material and procedural rules) as well of the case law allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.

10: Evaluation:

The evaluation is based in two elements: a practical element (critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems); a research element in order to present a written paper on a specific topic within the topics of the syllabus according to the individual interest of the master student, which must be previously presented orally in the seminar.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11: Main Bibliography:

M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

I. CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 6.^a ed., Coimbra, Almedina, 2020

P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I, Vol. II e Vol. III*, Lisboa, UCP, 2019, 2019 e 2020.

J. O. DE NORONHA e P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

P. JERÓNIMO, R. GARRIDO e M. A. DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (OLDHUM, DH-CID)*, 2018

R. GUERRA DA FONSECA, *Protecção Internacional dos Direitos Humanos*, Lisboa, AAFDL, 2018 (reimpr. 2022)

F. SUDRE, L. MILANO, H. SURREL e B. PASTRE-BELDA, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 15.^a ed., Paris, PUF, 2021

W. A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, OUP, 2017

12: Remarks:

Main topic: International Justice and Human Rights – Current Trends and Future Challenges, including the protection of human rights and the Rule of law as European Values

The curricular unit aims in general at the study of the main systems of contemporary international (regional) justice specialized *ratione materiae* in the protection of human rights and the current trends and future challenges, including the study of human rights and the Rule of law as European Values and its judicial protection.

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items 5 e 8.2]).

Developed Syllabus and Bibliography: consult webpage of the curricular unit.